

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A empresa têxtil Coelima, localizada em Guimarães, distrito de Braga, foi apresentada à insolvência em abril, na sequência da quebra de vendas superior a 60% provocada pela pandemia, segundo o jornal Público.

Esta situação veio colocar em risco os postos de trabalho de 250 trabalhadores que, ao dia de hoje, continuam sem uma resposta definitiva quanto ao seu futuro. Segundo a Lusa, os trabalhadores da empresa têm, em média, 27 anos de casa, e uma idade média de 51 anos. Em declarações à comunicação social, Esmeralda Guimarães, 56 anos de idade, trabalhadora da Coelima há 34, diz que "a notícia da insolvência foi uma bomba, um choque imenso. Foi como se me atirassem um balde água gelada pela cabeça abaixo". O Marido de Esmeralda, que também trabalha na Coelima há 34 anos, refere que "há muitas noites" que a perspetiva de encerramento da fábrica não deixa dormir o casal.

Em causa está também a viabilidade de uma empresa de referência a nível nacional, estruturante para a economia vimaranense e parte integrante da realidade social e económica da região Norte de Portugal. Constituída em 1922, a Coelima integra o grupo MoreTextile, que resultou da fusão com a JMA e a António Almeida & Filhos em 2011, cujo acionista principal é o Fundo de Recuperação gerido pela ECS Capital. Neste momento, o passivo da empresa situa-se próximo dos 50 milhões de euros, sendo 11 milhões devidos diretamente aos trabalhadores (20,25% dos créditos totais). Entre os restantes credores estão dois bancos públicos, a Caixa Geral de Depósitos (20%) e o Banco de Fomento (18%), para além do Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de empresas, a empresa-irmã António de Almeida & Filhos e a própria Moretextile SGPS (que reclama 1,2 milhões de euros em taxas de gestão), entre outras entidades. No total, o pedido de insolvência identifica 250 credores.

Do lado dos trabalhadores, segundo Francisco Vieira, do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, "o sindicato está mandato para fazer tudo o que é possível que garanta a continuidade da empresa, incluindo greves, marchas, para envolver sociedade civil, até mesmo a Igreja." Também a comissão de trabalhadores tem defendido que os trabalhadores precisam de

garantias quanto aos seus postos de trabalho e direitos.

O gestor de insolvência escolhido para gerir este processo, Pedro Pidwell, deu recentemente entrada de um pedido de reunião da assembleia de credores. Porém, na melhor das hipóteses, esta terá lugar na semana de 21 a 25 de Junho. Mas fontes ligadas ao processo afirmam que é preciso encontrar dinheiro rapidamente para se salvar a Coelima a tempo.

Entre as soluções possíveis está a venda antecipada, que terá sempre que ser aprovada pela comissão de credores. Neste momento estão a ser analisadas três propostas de compra por parte de dois consórcios e de uma empresa de Vila Nova de Famalicão. Perante este cenário de incerteza, os trabalhadores continuam sem qualquer garantia sobre a manutenção dos seus postos de trabalho e do pagamento atempado dos seus salários. Para responder a essa situação, também a comissão de trabalhadores da Coelima tem exigido que as propostas de compra apresentadas pelas empresas interessadas tragam garantias no que toca aos postos de trabalho e direitos laborais.

Assim, para este Grupo Parlamentar, o Governo, os credores e os seus atuais acionistas, devem, desde já, analisar as propostas de compra e, o quanto antes, escolher a que melhor assegure a continuidade da Coelima, permitindo a viabilidade da empresa, a manutenção dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia e da Transição Digital, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo tomado as diligências necessárias para garantir a continuidade da Coelima, tendo em conta a manutenção dos postos de trabalho e a viabilidade de uma empresa de referência para a região?
2. Qual tem sido a posição do Governo nas reuniões da comissão de credores?
3. Está o Governo a analisar as propostas de compra da Coelima?
 - 3.1 Se sim, quais as condições que tem exigido às empresas interessadas?
 - 3.2 Tem o Governo exigido a manutenção dos postos de trabalho e o pagamento atempado dos salários aos 253 trabalhadores da Coelima?

Palácio de São Bento, 9 de junho de 2021

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)